

## Ata da Reunião do Conselho

ATA Nº 50/98-CET

No dia 26 de Agosto de 1998, das 16:30 às 20:00 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, à Al. Carlos de Carvalho, 603, 6º andar, com a presença dos conselheiros signatários da Lista de Presenças própria e a presença de Jaime José Bilek, coordenador da CODIM, Ministério Público do Trabalho - 9ª Região, Regina Amaziles Rodrigues Costa, Assessora Técnica para Programas Especiais da SECR – Comunidade Solidária, Vanessa Aparecida de Souza, estudante da UFPR, Cid Cordeiro – técnico do DIEESE, Newton Sérgio Ribeiro Grein, Diretor Geral, Jair Pedro Vendruscolo, Coordenador de Geração de Emprego e Renda, Nircélio Zobot, da Coordenador de Formação Profissional, Luiz Alberto Scotti, coordenador de Seguro Desemprego, Maria Inês Prevedello, coordenadora de Intermediação de Mão de Obra, Luciene, técnica da Coordenadoria de Formação Profissional, José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva do CET, reuniu-se o Conselho Estadual do Trabalho, em sua 43ª Reunião Ordinária, para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta, conforme convocação mediante Ofício Circular Nº 016/98-CET, de 18/08/98: 1- Apreciação da ata anterior de Nº 49/98-CET. 2- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho. 3 -Apresentação de Relatório do Curso de Atualização em Direitos Humanos na Polícia Civil. 4- Vinculação do CET à SERT e sua competência. 5- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião. 6- Informes Gerais: 6.1. - Situação do convênio PED/UFPR. 6.2. - Conhecimento do Parecer da Assessoria Jurídica/SENAR quanto à forma de enquadramento das entidades do Sistema "S" na Lei Nº 8.666. 6.3. - Conhecimento do Parecer da Assessoria Jurídica/SERT em relação à Assessoria Jurídica/CET. 6.4. - Projeto Escola do Campo – ARCAFAR. 6.5. - Prêmio Paulo Freire – Educação e Trabalho. 6.6. - Relato do Encontro Estadual do Programa Portadores de Deficiência. 6.7. - Outros (em aberto).

Abertura:

- Dando início à reunião, o conselheiro Aloize Gogola, assumindo a presidência a pedido do titular, Sinval Z. L. Machado, que teve que se atrasar para a reunião, cumprimentou os conselheiros, bem como os visitantes, procedendo a apresentação pessoal dos visitantes.
- Leu a justificativa de ausência à presente reunião do conselheiro Antônio Lúcio Zarantonello, da FETAEP.

Recomposição de pauta:

- Aloize Gogola, em atenção ao Ofício Nº 391/98-GS, do Secretário, negociou com os conselheiros a inclusão na pauta da questão referente ao remanejamento de recursos do convênio MTb/SPES/CODRFAT/SERT, bem como, em atenção à solicitação do presidente, a exclusão de pauta dos itens "4", "6.2" e "6.3" (questões de ordem jurídica), para serem tratadas em reunião específica, a ser marcada oportunamente.
- Com a anuência dos conselheiros presentes, a pauta ficou recomposta da seguinte forma: A) Assuntos a serem abordados na presente reunião: 1- Apreciação da ata anterior de Nº 49/98-CET. 2- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho. 3- Situação do convênio PED/UFPR.. 4- Apresentação de Relatório do Curso de Atualização em Direitos Humanos na Polícia Civil. 5- Projeto Escola do Campo – ARCAFAR. 6- Prêmio Paulo Freire – Educação e Trabalho. 7- Relato do Encontro Estadual do Programa Portadores de Deficiência. 8- Apreciação da proposta de resolução Nº 094/98-CET. 9- Outros Informes (em aberto). 10- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião. B) Assuntos a serem retirados de pauta para serem tratados em reunião específica, a ser marcada oportunamente: 1- Vinculação do CET à SERT e sua competência. 2-

Conhecimento do Parecer da Assessoria Jurídica/SENAR quanto à forma de enquadramento das entidades do Sistema "S" na Lei Nº 8.666. 3- Conhecimento do Parecer da Assessoria Jurídica/SERT em relação à Assessoria Jurídica/CET.

1- Apreciação da ata anterior de Nº 49/98-CET:

- Aloize Gogola pôs em apreciação a ata anterior, de Nº 049/98-CET, que foi aprovada integralmente, após retificação proposta por Maria Inês Prevedello, coordenadora de intermediação de mão de obra, no primeiro tópico do item 4, onde, em vez de "...o índice de aproveitamento de vagas, que já foi maior, é, hoje, inferior a 30%, pela falta de qualificação profissional adequada", deve-se ler: "...o índice de aproveitamento de vagas é de 64%". Tal retificação já foi incorporada por mim, Aloize Gogola, no texto da referida ata.

2- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho:

- José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva do CET, informou que não havia Conselhos Municipais do Trabalho novos, nem recomposições de membros a homologar, considerando que a Comissão não teve condições de agendar reunião para apreciação.
- Heitor Rubens Raimundo solicitou que a Comissão de Homologação fornecesse ao CET um resumo do processo sobre a forma de criação ou recomposição dos CMTs, o que foi acatado pelo plenário.

2- Situação do Convênio PED/UFPR :

- Newton Sérgio Ribeiro Grein, Diretor Geral/SERT, relatou ter recebido, nesta data, Ofício da DRT/MTb/PR, informando que a unificação das metodologias PED/PME não foi ultimada e que não existiam perspectivas de que tal unificação viesse ocorrer. Assim sendo, considerou oportuno seguir a metodologia DIEESE/SEADE, devendo, ainda hoje, levar, mediante Ofício 392/98-GS, o processo ao Palácio Iguazu para autorização do Governador.
- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, recomendou urgência na tramitação, enquanto solicitou a palavra para Cid Cordeiro, técnico do DIEESE, apresentar dados referentes à EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGO – PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA – Período de Junho/97 a Junho/98, elaborados pelo DIEESE/PR, com base no MTb/CAGED (Lei 4.923).
- Cid Cordeiro, do DIEESE, explicou os dados da tabela distribuída, informando que a RMC gerou empregos, no período, mas não em número suficiente para cobrir a demanda, enquanto que o interior do Estado perdeu postos de trabalho. Demonstrou que, como é tendência atual, a indústria destruiu postos de trabalho, mas, em compensação, o comércio e serviços geraram novos postos de trabalho, obtendo saldo positivo, se bem que os empregos gerados no comércio e serviços são de qualidade inferior. Informou ainda que o CAGED se refere apenas aos empregos formais.

- Pedro Augusto Schwab, da FACIAP, e Pedro de Paula Filho, da FEVAREJISTA, solicitaram esclarecimentos conceituais sobre os termos utilizados, bem como sobre os setores/atividades que estavam gerando esses empregos novos.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, considerou importante fazer, oportunamente, um debate aprofundado sobre essas questões, no CET, contemplando visões e posições divergentes, sem ufanismo, proposta esta acatada pelo plenário.

4- Apresentação de Relatório do Curso de Atualização em Direitos Humanos na Polícia Civil:

- Nircélio Zobot informou que, por falha de comunicação, os responsáveis pela apresentação do tema não se fizeram presentes. Pediu escusas, ao tempo em que solicitou espaço na pauta da próxima reunião para a referida apresentação.

5- Projeto Escola do Campo – ARCAFAR:

- Nircélio Zobot pôs em apreciação o Projeto Escola do Campo, apresentado pela ARCAFAR. Debatida a questão, deliberou-se que a mesma deveria primeiramente ir para análise da Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional.

6- Prêmio Paulo Freire – Educação e Trabalho:

- Aloize Gogola, distribuindo folheto explicativo, informou sobre o Prêmio Paulo

Freire – Educação e Trabalho, promovido pelo MTb/SEFOR, FIESP, CNI, SESI e Fundação Roberto Marinho, tendo como objetivo incentivar ações de educação para trabalhadores no âmbito das instituições, reconhecendo e valorizando o uso de tecnologias de comunicação e estimulando o desenvolvimento de práticas educativas no contexto do trabalho. Explicou que cabe ao CET designar uma Comissão Tripartite de Conselheiros encarregada de fazer a seleção regional das propostas, as quais, posteriormente, serão avaliadas por comissão designada em nível nacional. Sugeriu, para tanto, que o CET delegasse essa função à Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional.

- José Carlos Pinhatti, da SEAB/EMATER, contrapropôs que a referida Comissão analisasse melhor o assunto, após o que, se for o caso, solicitaria ao CET a designação de Comissão Específica ou assumiria a referida função.

7- Relato do Encontro Estadual do Programa Portadores de Deficiência:

- Maria Inês Prevedello, coordenadora de intermediação de mão de obra, apresentou breve relato, por escrito, dos assuntos apresentados durante o I Encontro Estadual "A Pessoa Portadora de Deficiência e o Mercado de Trabalho", realizado em 30/07/98.

- Aparecido Domingos Errerias Lopes, da FAEP, apresentou Jaime José Bilek, da CODIM, do Ministério Público do Trabalho – 9ª Região, para fazer algumas colocações sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido em parceria com a Coordenadora de Intermediação de Mão de Obra-CIM.

- Jaime José Bilek informou que existe, sim, uma parceria com a SERT/CIM e está se fazendo um trabalho bem sucedido que consiste num processo investigatório, inicialmente junto às empresas com mais de 500 funcionários, verificando o cumprimento da lei referente à contratação de deficientes. Informou que a estratégia utilizada consiste em não pedir a demissão de funcionários atuais para a admissão dos deficientes, no percentual exigido por lei, mas firma-se um Termo de Compromisso no sentido de que, ao serem abertas vagas, seja dada prioridade para a contratação de deficientes até o percentual exigido por lei. Informou que quase a totalidade das empresas firma o referido Termo de Compromisso. Nos casos negativos, o MPT se obriga a entrar com ação civil pública, existindo, até o momento, apenas duas ações do gênero no Paraná. Informou que a lei exige a contratação de 2% a 5%, nas empresas com mais de 100 funcionários, sendo que, na administração pública, os concursos devem reservar 5% das vagas.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, perguntou se a lei estava sendo respeitada no âmbito da SERT, ficando informado que a SERT mantém convênio com a Associação Paranaense de Reabilitação-APR, superando, inclusive, os percentuais exigidos por lei.

- Vanderlei Quaquarini, da Força Sindical, perguntou sobre são as penalidades aplicáveis aos infratores.

- Jaime José Bilek esclareceu que a lei não prevê penalidades, mas o MPT pode fixá-las.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, solicitou que seja amarrado no convênio com a APR que os recursos são para capacitação profissional e não para terceirização de mão de obra

- Eliana Maria dos Santos, da CUT, comentou que o mercado de trabalho está transformando os trabalhadores normais em deficientes, citando como exemplo, o caso das lesões por esforços repetitivos (LER), decorrentes principalmente da digitação. Informou que existe, inclusive, necessidade de assentos especiais nos ônibus, pois as pessoas lesadas não conseguem segurar-se com as mãos, em pé. Propôs que nos cursos de qualificação profissional sejam previstas orientações de prevenção à LER, no que teve o reforço de Heitor R. Raimundo, recomendando que todos os cursos de qualificação profissional tenham orientações sobre saúde e segurança no trabalho.

- Nircélio Zobot esclareceu que os cursos já contemplam conteúdos de saúde e segurança no trabalho e acrescentou que, além da mencionada, a SERT/CFP tem também outras ações conjuntas com o MPT, entre as quais o atendimento a

jovens em situação de risco, internos em casas de internação, em parceria com o SENAC (47 turmas) e, futuramente, SENAI.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, solicitou listagem das empresas que firmaram Termo de Compromisso com o MPT, o que Jaime José Bilek prometeu fornecer ao Conselho Estadual do Trabalho.

- Maria Inês Prevedello, aproveitando a oportunidade, entregou também, aos conselheiros presentes, cópia escrita do "Perfil de Mão de Obra – Sistema Público de Emprego – Jan. a Jun/98", sintetizando os dados relatados na reunião anterior do CET, prometendo enviar, com orientação, cópia aos Escritórios Regionais e aos Conselhos Municipais do Trabalho dos municípios correspondentes às 50 Agências do SEMPRE, onde foi levantado o perfil da mão de obra, cobrando posterior relato sobre o uso que se conseguiu fazer do referido material, junto a prefeitos e outros agentes.

- Maria Inês Prevedello, ainda aproveitando a oportunidade, distribuiu uma cópia por bancada do "Relatório sobre Pesquisa Salarial nos 6 Maiores Municípios do Estado". Ficaram com as cópias, inicialmente, devendo repassá-las aos demais membros da respectiva bancada, os conselheiros: Vanderelei Quaquerini, Sinval Zaidan Lobato Machado e Edson José Augusto. Quanto à carta aos prefeitos, proposta na reunião anterior, disse que mandá-la-ia para esses 6 prefeitos, anexando cópia do Relatório e ofício da presidência do CET.

8- Apreciação da proposta de resolução Nº 094/98-CET:

- Sinval Zaidan Lobato Machado, retomando a presidência, leu o Ofício Nº 391/98-GS, do Secretário, solicitando remanejamento do saldo de recursos não aplicados na compra de no breaks para a compra de softwares necessários à viabilização da expansão do Sistema de Atendimento Integrado ao Trabalhador para 100% das Agências, conforme deliberação do CET na última reunião.

- Discutida a proposta, foi aprovada e assinada a Resolução Nº 094/98-CET.

9- Outros Informes (em aberto):

a) Origem dos recursos:

- Eliana Maria dos Santos, da CUT, denunciou que, não obstante as observações já feitas, faltou, no certificado fornecido pela SERT, relativo ao "Seminário Estadual para Composição de Cenários Econômicos e Potencialidades Empregatícias", a menção à origem dos recursos do FAT.

- Pedro Augusto Schwab propôs a padronização dos certificados e outros impressos, evitando esses esquecimentos.

b) Agenda de eventos:

- Sinval Zaidan Lobato Machado reclamou, em nome dos conselheiros, inclusive do Secretário, quanto ao fato de as programações de eventos, viagens, reuniões etc costumarem ser informadas acima da hora, inviabilizando, muitas vezes, a participação de conselheiros, a exemplo da Conferência do Microcrédito (Rio), Encontro Nacional de Comissões Estaduais de Emprego (Brasília) etc. Cobrou, na oportunidade, que a Secretaria Executiva do CET mantivesse agenda atualizada dos eventos de interesse dos conselheiros e a informasse em tempo hábil. Cobrou também se já haviam sido contratados os estagiários que o Secretário autorizou, na última reunião do CET, para colaborarem na Secretaria Executiva do CET.

- Aloize Gogola ponderou que essa providência, embora plenamente justa, tornava-se, na maior parte das vezes, impraticável, pois muitos eventos, em especial os promovidos pelo MTb, têm ocorrido acima da hora e outros, como o Microcrédito, embora divulgado com grande antecedência, os recursos para as taxas de inscrição, transporte e hospedagem só foram viabilizados poucos dias antes, impossibilitando uma informação antecipada aos conselheiros. Quanto aos estagiários, informou que os mesmos estavam sendo entrevistados por José Maurino de Oliveira Martins, mas que estava difícil conseguir pessoas compatíveis com a função, dentro das condições oferecidas pela SERT (salário reduzido e sem vale transporte, nem vale refeição).

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, propôs consulta à SEAD quanto à questão dos vales, considerando que o parecer da AJ/SERT é contrário.

- Discutida a questão, foi reiterada a recomendação no sentido de que a Secretaria Executiva do CET seja efetivamente estruturada e que, entre outras atividades, levante permanentemente a agenda das áreas (seminários, encontros, cursos e outros eventos) mantendo informados os membros do Conselho.
- Sinval Zaidan Lobato Machado, presidente, pediu, na oportunidade, a todos os conselheiros que, em qualquer evento em que estiver presente um conselheiro estadual e o presidente ausente, esse conselheiro automaticamente represente formalmente o Conselho Estadual do Trabalho.
- José Carlos Pinhatti, da SEAB/EMATER, reclamou do fato de, estando ausente na última reunião do CET, não ter recebido a pasta do material distribuído. Cobrou da Secretaria Executiva a remessa da pasta de material correspondente, recomendando que, nos casos de ausência de conselheiros, a pasta com o material utilizado na reunião seja sempre entregue posteriormente ao conselheiro faltante.
- Pedro Augusto Schwab endossou a proposta de Pinhatti, sugerindo a organização de escaninhos para depósito de pastas, correspondências etc dos conselheiros, devendo as pastas com material vir nominadas.

c) Recursos do SEFOR:

- Sinval Zaidan Lobato Machado, apoiado por Nircélio Zobot, coordenador da CFP, informou sobre o encaminhamento dos Ofícios Nº 379/98-GS e 380/98-GS, ambos de 25/08/98, firmados respectivamente pelo presidente do CET e pelo Secretário e dirigidos respectivamente ao presidente do CODEFAT e ao presidente do FONSET, reclamando dos "critérios" adotados para a alocação de recursos do PLANFOR para os Estados, conforme simulações apresentadas por técnico da Universidade de Pernambuco, no FONSET de Brasília, em 24/08/98. Informou que, não obstante a proposta do Paraná e outros Estados, no sentido de que a alocação dos recursos fosse feita com base na PEA de cada Estado, a referida simulação mantinha as injustiças anteriormente existentes, em evidente prejuízo do Paraná, tendo recebido voto contrário da parte dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal e estando ausentes cinco Estados, não se configurando, portanto, unanimidade em relação aos referidos "critérios". Informou ainda que, se mantida a simulação apresentada, o Paraná, que tem, para 1999, um orçamento de R\$ 38.000.000,00, seria beneficiado com apenas R\$ 13.000.000,00.
- Debatida a questão, o Conselho Estadual do Trabalho, por unanimidade, referendou os ofícios encaminhados, solicitando à Presidência que, mediante Ofício à Presidência do CODEFAT, reiterasse o referido posicionamento em nome da plenária do Conselho Estadual do Trabalho.

d) Ações da Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional:

- Sinval Zaidan Lobato Machado registrou, a pedido do Coordenador da Comissão, o recebimento de "Relatório do Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba" e documentos da Comissão de Organização da Cooperativa Nacional de Importação e Exportação dos Sacoleiros do Brasil. Informou, quanto ao Relatório que o mesmo está em análise pelo conselheiro José Carlos Pinhatti, membro da Comissão e que, quanto à Cooperativa, a sugestão da Comissão era no sentido de encaminhamento dos documentos para apreciação do Conselho Municipal do Trabalho de Foz do Iguaçu, devendo, após as devidas apreciações, os assuntos retornar à consideração do CET.
- Discutidas as propostas, houve anuência geral em relação aos encaminhamentos propostos pela Comissão, devendo assim ser procedido.
- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, na oportunidade, entregou também cópia da Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional, realizada no dia 25/08/98, ata esta ainda dependente de aprovação pela referida Comissão, em sua próxima reunião.

e) FLACSO:

- Nircélio Zobot, coordenador de formação profissional, distribuiu aos conselheiros

cópia do Ofício Circular Nº 019/98-CFP, de 25/08/98, anexando Ofício Circular Nº 034/SEFOR, de 06/07/98, informando sobre o convênio firmado entre a SEFOR e a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, visando garantir apoio técnico à SEFOR e, por extensão a todas as Secretarias de Estado do Trabalho, no processo de planejamento do PLANFOR e dos PEQs para o período 1999-2002, incluindo o detalhamento do PEQ-99, convidando, na oportunidade, os conselheiros para participarem de Seminário, com a referida finalidade, programado para o dia 14/09/98, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, na sede da SERT. Frisou a importância da presença dos conselheiros e/ou representantes no referido Seminário.

f) Cronograma para elaboração do PEQ/99:

- Nircélio Zobot informou, distribuindo cópias, ter encaminhado para os Chefes de Escritórios Regionais, Gerentes e Agentes do Sistema Público de Emprego e Conselhos Municipais do Trabalho os Ofícios Circulares Nº 016/98-CFP, de 05/08/98, Nº 018/98-CFP, de 24/08/98 e Memorando Circular Nº 175/98-CFP, de 05/08/98, encaminhando o cronograma para elaboração do PEQ/99, bem como orientações para as contribuições locais. Solicitou aos conselheiros estaduais que, via suas entidades, se articulassem com os respectivos representantes nos Conselhos Municipais do Trabalho, estimulando-os a contribuir com propostas de interesse municipal.

- Aparecido Domingos Errerias Lopes, da FAEP, frisou a necessidade de, nos anexos aos referidos Ofícios e Memorando, fazer-se um destaque especial em relação aos objetivos do item 1.02, considerando a dificuldade de se levantar necessidades na área rural, em função da falta de informações e a desarticulação do setor, de modo que várias questões, entre as quais a agroindústria e o associativismo/cooperativismo, costumam deixar de ser consideradas.

- José Carlos Pinhatti, da SEAB/EMATER, endossou as preocupações de Aparecido, confirmando que as informações do meio rural são precaríssimas, chocando-se com os critérios federais para a alocação de recursos. No entanto, por mais que o Paraná mude seu perfil, continuará sempre sendo um Estado agrícola, havendo necessidade de se discutir, com profundidade as questões relativas à agricultura, questão muito pouco focada por este Conselho. Endossou também a preocupação do conselheiro Aparecido quanto à questão do cooperativismo/ associativismo.

- Aparecido D. E. Lopes, da FAEP, continuou relatando que essa falta de sincronia no setor rural reflete-se inclusive no âmbito do CODEFAT que não conta com representação da agricultura. Por isso, por mais que esteja explícito nas orientações encaminhadas por Nircélio Zobot nos Ofícios e Memorando referidos, cobrou fosse feita uma recomendação especial aos Conselhos Municipais do Trabalho no sentido de contemplarem, com especial atenção a área rural, estabelecendo a relação com as cadeias produtivas, PMDR etc.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, frisou a necessidade de se elaborar termos de referência para cada proposta do setor rural, facilitando, inclusive, a supervisão e acompanhamento pelas IES. Lembrou também que a grande maioria dos Conselhos Municipais do Trabalho conta na área rural, com a representação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e também Sindicatos Patronais Rurais e que é hora de esses sindicatos mostrarem, na prática, a sua representatividade.

- José Canisso, da FIEP, lembrou que, para isso, os Conselhos Municipais do Trabalho necessitam de mobilização por parte das entidades representativas estaduais, senão essas representações locais não se conscientizam do seu papel e ficam à mercê da vontade dos prefeitos.

g) Reunião de Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Curitiba:

- Sinval Zaidan Lobato Machado relatou que, no dia 19/08/98, por iniciativa do presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba, João Batista Corrêa, e a participação do presidente e vários conselheiros estaduais, foi realizada uma Reunião de Conselheiros da Região Metropolitana de Curitiba com o objetivo de trocar experiências e estudar estratégias de atuação conjunta na identificação e solução dos problemas metropolitanos. Informou ainda que os referidos Conselhos

decidiram continuar se reunindo, em busca de alternativas de interesse comum. Prosseguiu o presidente Sinval informando que existe intenção de continuar esse trabalho de articulação, havendo já mobilização na região de Ponta Grossa e litoral.

- Ficou deliberado que a próxima reunião do gênero será realizada no litoral, possivelmente no SESC, tendo ficado a cargo do conselheiro José Canisso verificar a disponibilidade do local e mobilizar os Conselhos do litoral.

h) Propostas de Cursos de Qualificação e Requalificação Profissional:

- Sinval Zaidan Lobato Machado, presidente, informou Ter recebido um Projeto de Reciclagem do Transporte Urbano e Metropolitano de Curitiba, apresentado pela URBS, bem como um Projeto de Cursos de Qualificação e Requalificação Profissional, apresentado pela Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Paraná – FETHEPAR, recomendando seu encaminhamento para análise da Coordenadoria de Formação Profissional e, a critério desta, para apreciação do Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba e Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional.

i) Bilhetes de passagens aéreas/MTb:

- José Maurino de Oliveira Martins, da Secretaria Executiva do CET, solicitou aos conselheiros que utilizaram passagens aéreas custeadas pelo MTb, que fizessem a gentileza de devolver os canhotos à Secretaria Executiva do CET, para encaminhamento ao MTb, que necessita dos mesmos para anexação na prestação de contas. Recomendou ainda que tal prática fosse adotada sempre que tais passagens forem fornecidas pelo MTb.

j) Estacionamento:

- Sinval Zaidan Lobato Machado informou que, a partir da próxima reunião do CET, os conselheiros poderão dispor do estacionamento, devendo, para tanto buscar orientações com a Secretaria Executiva do CET (Maurino).

k) Nova data de reuniões da Comissão/PEQ

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, coordenador da Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional, consultou os seus membros quanto à possibilidade de mudança da data das reuniões para última 4ª-feira de cada mês, dia da reunião do CET, das 09:00 às 11:00 horas. Com a anuência unânime dos membros da Comissão, ficou assim definido.

10- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião.

- Sinval Zaidan Lobato Machado informou que, conforme negociação no início da reunião, os assuntos retirados de pauta, referentes aos pareceres jurídicos e competência do CET, seriam tratados em reunião específica, provavelmente extraordinária, a ser convocada logo após à Semana da Pátria, em horário mais favorável, talvez a partir das 18:00 horas.

- José Carlos Pinhatti ponderou ser de extrema necessidade essa reunião, de foro íntimo do CET, para esclarecer papéis, pois, pessoalmente, está sentindo que o CET está despendendo muito tempo no rateio de recursos, ficando prejudicada uma reflexão mais aprofundada sobre questões de interesse, tais como a mencionada questão agrícola e outras. Para tanto, solicitou o envio prévio dos atos constitutivos do CET, bem como os pareceres jurídicos a serem analisados na reunião. Comparou sua participação no CET com a sua participação anterior em outros Conselhos e considerou que o CET precisa melhorar sua infra-estrutura de apoio bem como priorizar o debate de questões mais abrangentes, focadas em políticas macro.

- Pedro de Paula Filho, da FEVAREJISTA, endossou o posicionamento de Pinhatti, ao tempo que historiou que o CET iniciou suas atividades junto à extinta Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social-SETA, continuando suas atividades junto à SERT e, nesse período de quase quatro anos, houve renovação da maioria dos conselheiros, seja por vencimento de mandato, seja por substituição por suas entidades, e que a presença de novos conselheiros constitui uma saudável oxigenação do CET. Solicitou ainda que essa reunião de foro íntimo do CET se restringisse à presença dos conselheiros e técnicos da SERT, sem

convidados.

- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, frisou que, para que o CET possa se ater ao debate de questões macro, é preciso que as questões de ordem operacional, sobre as quais o CET, por determinação do MTb/CODEFAT, também deve se manifestar, venham ao CET previamente estudadas, com parecer técnico, prioridades definidas e as propostas analisadas com foco nas diretrizes do CODEFAT e do CET, facilitando o trabalho do CET. Além disso, haja calendário pré-definido para a análise de novos projetos, termos aditivos etc.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente, Sinval Zaidan Lobato Machado, encerrou a 43ª Reunião Ordinária do CET, da qual, para constar o registro, eu, Aloize Gogola, lavrei a presente ata que subscrevo. Curitiba, 31 de Agosto de 1998.